

Portaria n.º 1815/2006

Manda o Chefe do Estado-Maior da Força Aérea que o oficial em seguida mencionado passe à situação de reserva, por declaração expressa, ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do artigo 152.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de Agosto:

Quadro de oficiais PA:

COR PA ADCN 016610-D, Luís Manuel Alves da Silva Simões, EMGFA.

Conta esta situação desde 6 de Outubro de 2006.

9 de Outubro de 2006. — Por subdelegação do Comandante de Pessoal da Força Aérea, após delegação do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, o Director, em exercício de funções, *José Carlos Faria Antunes*, COR/PILAV.

Portaria n.º 1816/2006

Manda o Chefe do Estado-Maior da Força Aérea que o MAJ TABST Q 016215-K, António Luís Bondia de Jesus, DGMFA, do quadro de oficiais TABST, passe à situação de reserva, por declaração expressa, ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do artigo 152.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de Agosto.

Conta esta situação desde 10 de Setembro de 2005.

12 de Outubro de 2006. — Por subdelegação do Comandante de Pessoal da Força Aérea, após delegação do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, o Director, *Luís Filipe Montes Palma de Figueiredo*, MGEN/PILAV.

Portaria n.º 1817/2006

Manda o Chefe do Estado-Maior da Força Aérea que o oficial em seguida mencionado passe à situação de reserva, por declaração expressa, ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do artigo 152.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de Agosto:

Quadro de oficiais NAV:

TCOR NAV ADCN 037796-B, Arménio Fernandes de Sá, EMGFA.

Conta esta situação desde 15 de Outubro de 2006.

16 de Outubro de 2006. — Por subdelegação do Comandante de Pessoal da Força Aérea, após delegação do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, o Director, *Luís Filipe Montes Palma de Figueiredo*, MGEN/PILAV.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

**Gabinete do Secretário de Estado
do Ordenamento do Território e das Cidades**

Despacho n.º 24 248/2006

Pretende a AMCAL — Associação de Municípios do Alentejo Central proceder à construção de um parque de resíduos recicláveis, estação de triagem e instalações de apoio ao aterro sanitário em Vila Ruiva, no concelho de Cuba, ocupando para o efeito terrenos afectos à Reserva Ecológica Nacional, por força da delimitação constante da Resolução do Conselho de Ministros n.º 113/2004, de 30 de Julho.

Considerando a justificação da localização da referida infra-estrutura e a declaração de inexistência de impactes ambientais negativos, apresentada pela AMCAL;

Considerando que as infra-estruturas a construir cumprem as melhores condições ambientais e dão resposta à política ambiental

que tem vindo a ser desenvolvida, satisfazendo ainda as necessidades prementes de segurança e higiene dos funcionários e utentes;

Considerando que o Plano Director Municipal de Cuba, ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 50/93, de 8 de Junho, não obsta à realização do parque de resíduos recicláveis;

Considerando o manifesto interesse público da intervenção em termos ambientais e de desenvolvimento da região;

Considerando que a CCDR Alentejo emitiu parecer favorável:

Determino, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 93/90, de 19 de Março, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 213/92, de 12 de Outubro, e no exercício das competências delegadas pelo Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, nos termos do despacho n.º 16 162/2005 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 141, de 25 de Julho de 2005, que seja reconhecido o interesse público da construção do parque de resíduos recicláveis, estação de triagem e instalações de apoio ao aterro sanitário em Vila Ruiva, no concelho de Cuba.

6 de Novembro de 2006. — O Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades, *João Manuel Machado Ferrão*.

Despacho n.º 24 249/2006

Veio a Águas do Ave, S. A., empresa concessionária do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Vale do Ave, criada pelo Decreto-Lei n.º 135/2002, de 14 de Maio, requerer a declaração de utilidade pública da constituição da servidão administrativa com carácter de urgência de 12 parcelas de terreno situadas no concelho de Guimarães, tendo em vista a execução da obra de construção do interceptor de Longos, integrado na frente de drenagem de Serzedelo (FD5), inserida no sistema multimunicipal de abastecimento de água e saneamento do Vale do Ave.

Assim, no exercício das competências que me foram delegadas pelo Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, nos termos do despacho n.º 16 162/2005, de 11 de Julho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 141, de 25 de Julho de 2005, nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 1.º, 2.º, 3.º e 5.º do Decreto-Lei n.º 34 021, de 11 de Outubro de 1944, do artigo 8.º do Código das Expropriações, aprovado pela Lei n.º 168/99, de 18 de Setembro, e com os fundamentos constantes da informação n.º 154/DSJ/2006, de 14 de Setembro, da Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, determino o seguinte:

1 — As 12 parcelas de terreno, identificadas no mapa que se publica em anexo ao presente despacho e que dele faz parte, ficam, de ora em diante, oneradas com carácter permanente pela constituição de servidão administrativa de aqueduto público subterrâneo, a favor da Águas do Ave, S. A.

2 — A servidão a que se refere o número anterior incide sobre uma faixa de 3 m de largura e implica:

a) A ocupação permanente do subsolo na zona de instalação do interceptor de drenagem de águas residuais e respectivos acessórios, incluindo as caixas de visita previstas no projecto;

b) A proibição de escavações, de edificação de qualquer tipo de construção duradoura ou precária e da plantação de árvores e arbustos cuja raiz atinja profundidades superiores a 0,4 m.

3 — É permitida a ocupação e utilização temporária de uma faixa de trabalho de 10 m de largura (5 m para cada lado do eixo longitudinal da conduta) durante a fase de instalação do interceptor.

4 — Os respectivos actuais e subsequentes proprietários, arrendatários ou a qualquer outro título possuidores dos terrenos ficam obrigados, da presente data em diante, a reconhecerem a servidão administrativa de aqueduto público ora constituída, bem como a zona aérea ou subterrânea de incidência, mantendo livre a respectiva área, e a consentirem, sempre que se mostre necessário, no seu acesso e ocupação pela entidade beneficiária da servidão, nos termos e para os efeitos do preceituado nos artigos 1.º e 2.º do Decreto-Lei n.º 34 021, de 11 de Outubro de 1944.

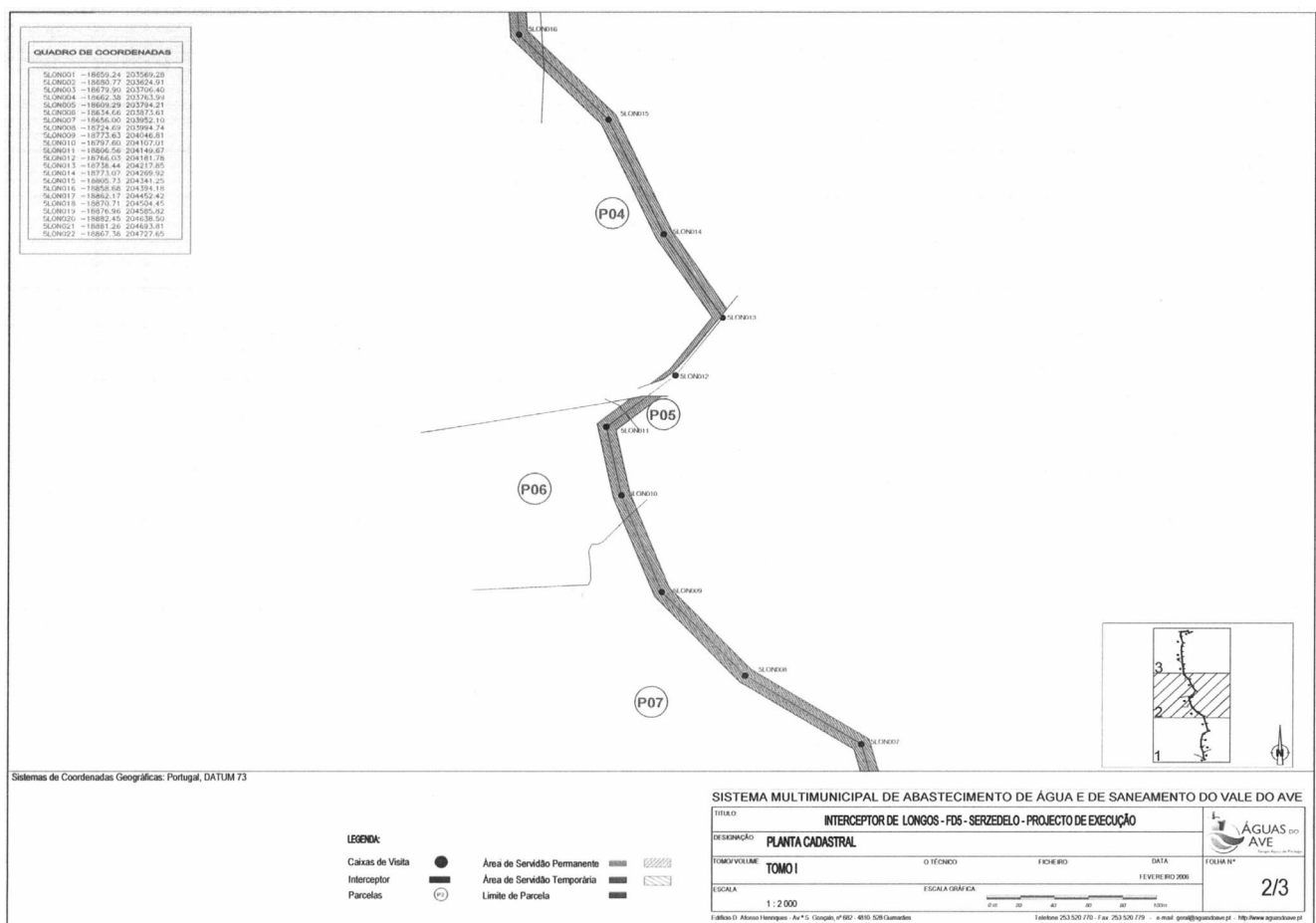
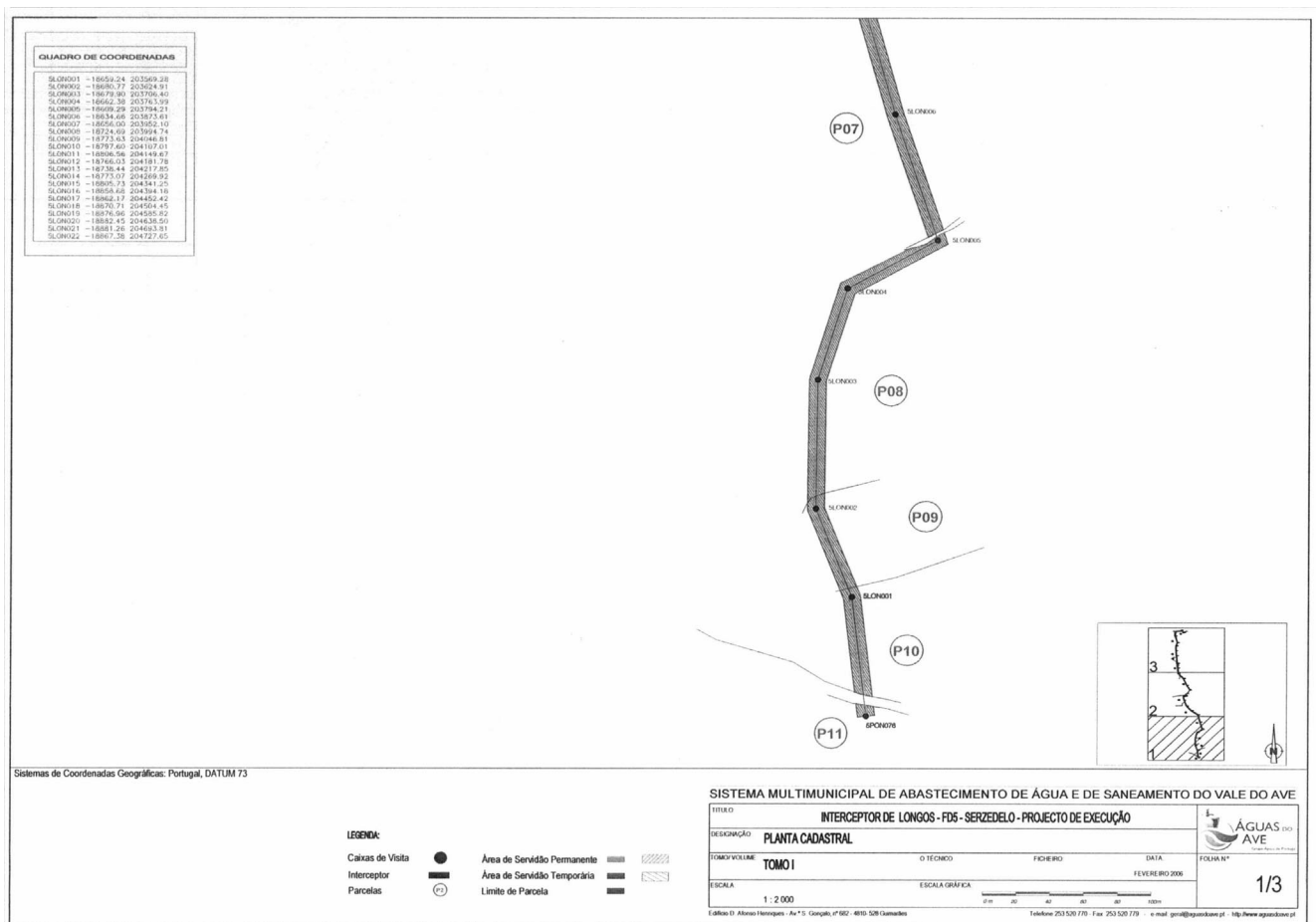
5 — Os encargos com servidão administrativa constituída são da responsabilidade da sociedade Águas do Ave, S. A.

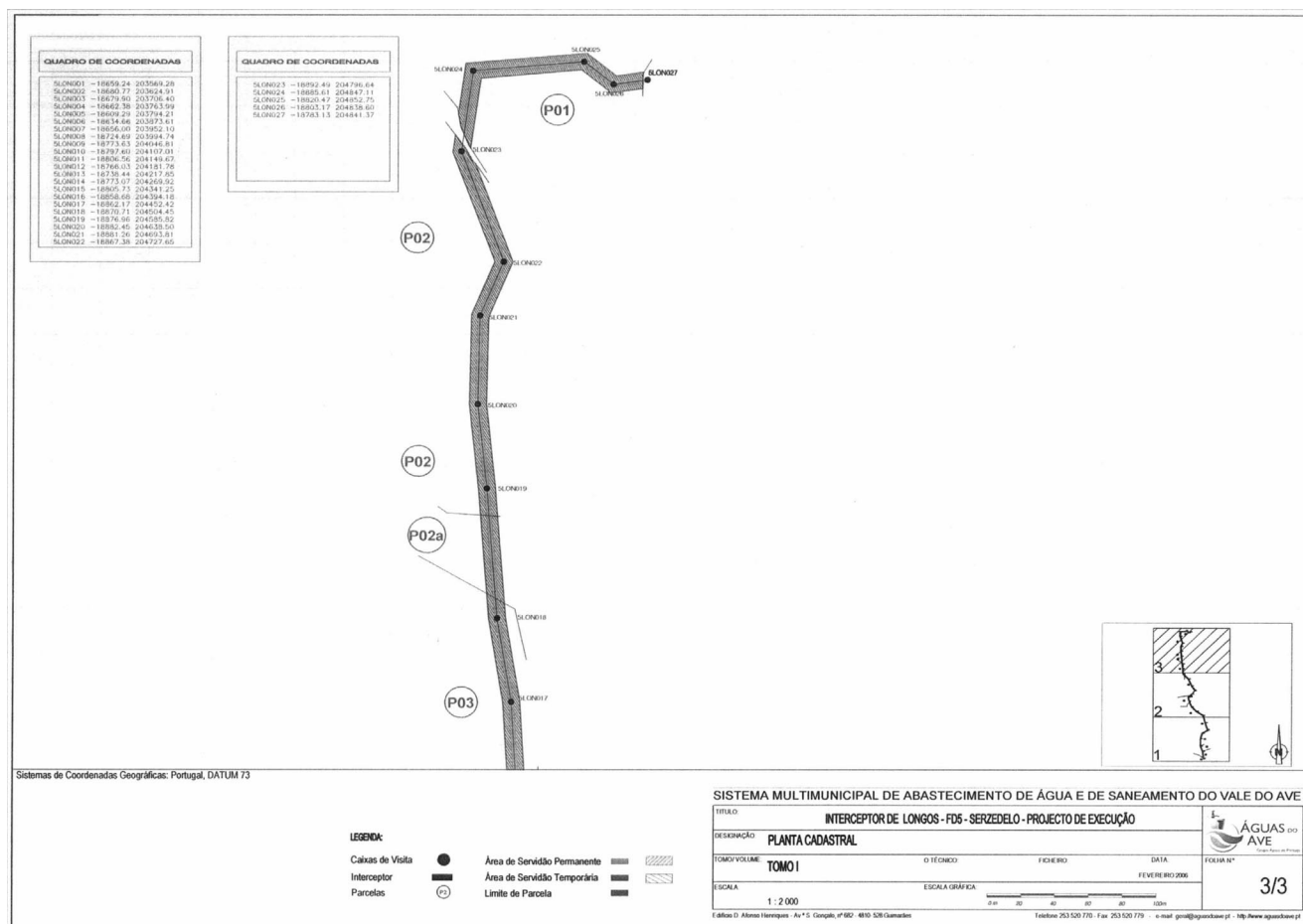
7 de Novembro de 2006. — O Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades, *João Manuel Machado Ferrão*.

Mapa de áreas
Interceptor de Longos — FD5

Parcela	Proprietários	Lugar, freguesia, concelho	Matriz	Descrição predial	Confrontações	Natureza da parcela	Área (metros quadrados)
01	Proprietário: Fernando Correia Lopes, Rua da Cachada, Santa Cristina de Longos, 4805-204 Guimarães. Arrendatário: Abel do Sameiro Gomes de Araújo, Rua da Cachada, 561, Santa Cristina de Longos, 4805-204 Guimarães.	Santa Cristina de Longos, Guimarães.	R-495		Norte: João Gonçalves. Sul: Abel do Sameiro Araújo. Nascente: caminho. Poente: Alberto Oliveira.	Zona de salvaguarda estrita.	436,43
02	Abel do Sameiro Gomes de Araújo, Rua da Cachada, 561, Santa Cristina de Longos, 4805-204 Guimarães.	Santa Cristina de Longos, Guimarães.	R-494 R-458	331/141092 329/141092	Norte: próprio. Sul: Gabriel Serpa Magalhães. Nascente: ribeiro. Poente: próprio e outros.	Domínio público hídrico. Zona de salvaguarda estrita.	719,52
02A	João Augusto de Oliveira Fernandes de Barros, lugar do Além, Esporões, 4705-476 Braga.	Santa Cristina de Longos, Guimarães.			Norte: Abel do Sameiro Araújo. Sul: Maria Amélia F. B. P. Serpa Magalhães. Nascente: ribeiro. Poente: próprio e outros.	Domínio público hídrico. Zona de salvaguarda estrita.	155,91
03	Proprietário: Maria Amélia Fernandes de Barros Pereira Serpa, Rua de Júlio Dinis, 91, hab. 52, 4050-323 Porto. Arrendatário: Constantino Gomes Araújo, Real de Cima, Santa Cristina de Longos, 4800 Guimarães.	Sande (São Lourenço), Guimarães.	R-103	528/13092001	Norte: Terras do Casal da Aldeia. Sul: Joaquim da Silva. Nascente: ribeiro. Poente: Maria Helena Monteiro Camões.	Domínio público hídrico. Zona de salvaguarda estrita.	431,19
04	Proprietário: Maria teresa Antunes Ferreira Monteiro Camões, Avenida de 25 de Abril, 34, São Nicolau, 2005-159 Santarém. Arrendatário: Abel do Sameiro Gomes de Araújo, Rua da Cachada, 561, Santa Cristina de Longos, 4805-204 Guimarães.	Sande (São Lourenço), Guimarães.	R-326		Norte: ribeiro de carreira. Sul: caminho público. Nascente: ribeiro. Poente: ribeiro e Adolfo Esteves Pereira.	Domínio público hídrico. Zona de salvaguarda estrita.	581,91
05	António Costa Oliveira, Rua de Lamas, 397, Sande (São Lourenço), 4805-496 Guimarães.	Sande (São Lourenço), Guimarães.	R-134		Norte: António da Costa Oliveira. Sul: ribeiro. Nascente: ribeiro. Poente: ribeiro.	Domínio público hídrico. Zona de salvaguarda estrita.	49,73
06	António Fernando Baptista Carvalho, Rua de São João de Brito, 419, 3.º, esquerdo, 4100-454 Porto.	Sande (São Lourenço), Guimarães.	R-113		Norte: estrada. Sul: ribeiro. Nascente: Jorge Saraiva Monteiro. Poente: igreja paroquial.	Domínio público hídrico. Zona de salvaguarda estrita.	212,05

Parcela	Proprietários	Lugar, freguesia, concelho	Matriz	Descrição predial	Confrontações	Natureza da parcela	Área (metros quadrados)
07	Paulo Pereira Araújo, Rua da Boavista de Baixo, 17, 2460-603 Alcobaça.	Sande (São Lourenço), Guimarães.	R-115		Norte: Jorge Saraiva Monteiro e outros. Sul: Jorge Saraiva Monteiro. Nascente: ribeiro. Poente: urbano do próprio.	Domínio público hídrico. Zona de salvaguarda estrita.	1 093,14
08	Paulo Pereira Araújo, Rua da Boavista de Baixo, 17, 2460-603 Alcobaça.	Sande (São Lourenço), Guimarães.	R-117		Norte: caminho. Sul: Francisco Artur B. Gomes. Nascente: caminho. Poente: Jorge Saraiva Monteiro.	Domínio público hídrico. Zona de salvaguarda estrita.	591,63
09	Deolinda Silva Freitas, Travessa da Cachadinha, 236, Sande (São Martinho), 4805-517 Guimarães.	Sande (São Lourenço), Guimarães.	R-272		Norte: herdeiros de José António Crespo Guimarães. Sul: herdeiros de Manuel Jesus Costa e Quinta dos Lameiros. Nascente: terreno de Emília Antunes S. Monteiro. Poente: ribeiro.	Domínio público hídrico. Zona de salvaguarda estrita.	185,26
10	Paulo Pereira Araújo, Rua da Boavista de Baixo, 17, 2460-603 Alcobaça.	Sande (São Lourenço), Guimarães.	R-267		Norte: Francisco Oliveira e Silva. Sul: rio Fêveras. Nascente: Quinta dos Lameiros. Poente: ribeiro.	Domínio público hídrico. Zona de salvaguarda estrita.	203,85
11	Herdeiros de João Costa, a/c de Maria Conceição Jesus Costa, Rua da Veiga, Sande (São Lourenço), 4805-500 Guimarães.	Sande (São Martinho), Guimarães.	Omisso		Norte: ribeiro. Sul: Paulo Rodrigues. Nascente: Paulo Rodrigues. Poente: ribeiro.	Domínio público hídrico. Área sujeita a P. U. Zona de salvaguarda estrita.	20,82





MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO

Secretaria-Geral

Aviso n.º 12 643/2006

Por meu despacho de 7 de Novembro de 2006, são nomeadas, precedendo concurso, assistentes administrativas especialistas da carreira de assistente administrativo do quadro de pessoal da ex-Secretaria-Geral do Ministério da Economia as assistentes administrativas principais do mesmo quadro de pessoal Maria Fernanda Severino (escalão 4, índice 316), Ana Maria Pereira Alexandrino (escalão 4, índice 316), Arsénia Sandra Cabral do Rosário (escalão 1, índice 269), Maria Gabriela Lopes Salvador (escalão 1, índice 269), Paula Carla Domingues Lopes Sousa (escalão 1, índice 269), Orlanda Anabela Abrantes de Freitas Cabrita (escalão 4, índice 316), Ana Maria de Carvalho e Melo Teixeira (escalão 4, índice 316), Maria Madalena Antas Delgado Lopes Pinto (escalão 1, índice 269), Maria Imelda Pereira Santos (escalão 4, índice 316), Dowlat Maria Ricardina Vaz Gomes (escalão 1, índice 269) e Lubélia Alves Fonseca (escalão 4, índice 316), considerando-se exoneradas dos lugares anteriores com efeitos a partir da data do despacho, após aceitação da nova categoria.

É também nomeada assistente administrativa especialista do quadro de pessoal da ex-Inspecção-Geral das Actividades Económicas Maria Filomena Anjinho Domingos Nogueira Alves (escalão 5, índice 337), considerando-se exonerada do lugar anterior, com efeitos à data da aceitação do novo lugar. (Não carecem de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

10 de Novembro de 2006. — O Secretário-Geral, *Mário Silva*.

Instituto Nacional de Engenharia,
Tecnologia e Inovação, I. P.

Despacho (extracto) n.º 24 250/2006

Por despacho de 31 de Outubro de 2006 do presidente substituto do conselho directivo do INETI, foi Maria Augusta Preto Xavier Lobo Moutinho de Medeiros, assistente de investigação, com contrato

administrativo de provimento do ex-INETI, nomeada definitivamente investigadora auxiliar em lugar supranumerário do quadro de pessoal, aprovado pela Portaria n.º 592-B/93, de 15 de Junho, escalão 1, índice 195, na sequência de aprovação nas provas de acesso, nos termos do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 219/92, de 15 de Outubro, mantido em vigor por força do disposto no artigo 62.º do Decreto-Lei n.º 124/99, de 20 de Abril.

Esta nomeação produz efeitos desde 25 de Outubro de 2006, data a partir da qual se considera rescindido o referido contrato administrativo de provimento. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

8 de Novembro de 2006. — A Chefe de Divisão, *Michele Cambraia Branco*.

Instituto Português da Qualidade, I. P.

Aviso n.º 12 644/2006

Por despacho de 1 de Setembro de 2006 do Secretário de Estado Adjunto, da Indústria e da Inovação, Jorge Manuel Canossa da Silva, assessor principal do quadro de pessoal do Instituto Português da Qualidade, I. P., foi autorizado a regressar ao serviço da situação de licença sem vencimento de longa duração.

O regresso terá efeitos a partir do dia 1 de Novembro do corrente ano.

3 de Outubro de 2006. — O Presidente do Conselho de Administração, *Jorge Marques dos Santos*.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PISCAS

Gabinete do Ministro

Despacho normativo n.º 19/2006

Os Despachos Normativos n.ºs 35/2004, de 27 de Julho, e 36/2005, de 25 de Julho, definiram as regras de atribuição dos pagamentos